

POVO ALGARVIO

AVENÇA Preço Avulso 3\$00



Biblioteca Nacional
Serviço de Depósito Legal
LISBOA-2

SEMANÁRIO REGIONALISTA

Director Interino: ENG.º DANIEL ANTÓNIO PRIMO PIRES

Proprietário: MANUEL VIRGINIO PIRES (Herdeiros)

Redacção e Administração — Rua Dr. Parreira, 13 — Telefone 22503 — TAVIRA

Composição e Impressão — Tipografia União — Telefone 22319 — FARO



GRANDEZA E DECADENCIA de TAVIRA

Pelo Dr. José Neves

A subida do nível do mar nos princípios da era cristã, pela inundação das secções vestibulares dos vales fluviais, criou na orla litoral algarvia condições naturais para o aparecimento, ou desenvolvimento, de focos de povoamento à beira da extremidade interior das «rias» assim formadas. Com o decorrer dos tempos, essas «rias» foram evoluindo para a forma sequencial de laguna, umas já hoje completamente colmatadas, como sucede na região da «Lagoa», a oeste de Monte-Gordo, e outras numa fase adiantada de assoreamento (Alvor, a grande laguna do sotavento algarvio).

Os centros habitados cujo aparecimento foi condicionado pela formação das referidas reentrâncias, onde iam desaguar linhas de água, evoluíram, no desenvolvimento da área habitada e na sua actividade, ao sabor da evolução física das mesmas.

Assim sucedeu com Tavira. Desde a época romana, a existência da velha ponte sobre o Gilão denota a importância do lugar, onde certamente a actividade hu-

(Continua na 2.ª página)

«Povo Algarvio»

Apesar de todos os esforços dispendidos, não foi ainda possível retomar a publicação regular do «Povo Algarvio». As dificuldades com que, desde há anos, luta a Imprensa em geral, e a Imprensa Regional em particular, aumentam dia a dia e tornam-se quase insuperáveis. Não desistimos, todavia, de voltar ao contacto semanal com os nossos leitores e amigos e este número, embora destinado fundamentalmente a garantir a propriedade do título nos termos legais, é uma prova dessa nossa intenção.

A continuidade do «Povo Algarvio» é para nós, praticamente, um «ponto de honra», porque é uma «dívida» a cujo pagamento não podemos moralmente furtar-nos. Dívida para com a memória dos que fizeram e mantiveram o jornal ao longo de quarenta anos e à custa sabe Deus de quantos e quão grandes sacrifícios. Mas dívida também para com os nossos leitores e amigos, que não só ajudaram a manter o periódico durante essas quatro décadas, como lhe continuam ainda hoje fiéis em interesse e dedicação.

(Continua na 3.ª página)

Um homem pode gritar as virtudes eternas às multidões sem nunca lhe darem ouvidos, mas se disser disparates num deserto, estes darão a volta ao mundo.

M. R. RINEHART

Júlio Dantas

Passou ontem o primeiro centenário de Júlio Dantas, que nasceu em Lagos a 19 de Maio de 1876. E o «Povo Algarvio» não deve, não pode, nem quer deixar de registar essa efeméride na oportunidade da publicação deste seu número. Não deve, nem pode, por várias razões: porque Júlio Dantas foi um grande amigo deste jornal e dos seus dois últimos directores, a quem em várias ocasiões e circunstâncias honrou com não poucas atenções e deferências; e, acima de tudo, porque Júlio Dantas foi um grande escritor português e algarvio, por muito que isso pese aos seus detractores de ontem e de hoje e embora finja esquecê-lo agora a maioria dos que tinham obrigação de lembrá-lo. Na modéstia das nossas possibilidades presentes, mas em expressão sinceríssima da nossa admiração e gratidão, associamo-nos entusiasticamente às homenagens que pouquíssimos, tanto na Imprensa como nas instituições culturais deste País, têm a coragem de prestar à memória do ínclito autor da «Pátria Portuguesa», nesta oportunidade do centenário do seu nascimento.

Dois tipos de descentralização

Pelo Dr. Almeida Carrapato

1. — Tem-se discutido muito através dos tempos, pelo que o debate é já um fenómeno histórico, no plano do direito e da política administrativos, se o sistema em que deva desenvolver-se e processar-se a divisão e administração do território nacional deve ser de inspiração centralista ou descentralizadora.

Modernamente, no nosso país, a polémica cria grande acuidade, a propósito de esquemas preconiza-

dos de regionalização. Unânime-mente se defende que a política e administração devem inspirar-se em normas de descentralização. Assim se procura libertar as regiões e os órgãos locais da asfixia e absorção do poder central.

Na génese da querela politico-administrativa, tem-se feito coincidir a tese da descentralização com a afirmação viva da filosofia democrática. A asserção está correcta.

Historicamente, poderá mesmo afirmar-se que as tradições mais genuinamente democráticas residiram no fortalecimento propugnado do poder local, na quebra do «absolutismo» centralista, no desenvolvimento progressivo do sistema de descentralização. O poder local reuniu no município as

(Continua na 3.ª página)

Um cepticismo presunçoso, que repudia os factos sem os examinar para ver se são reais, é mais censurável do que uma credulidade irracional.

HUMBOLDT

Este nosso lindo Algarve

Pelo Dr. Rita da Palma

(Recordando o amigo, o poeta e o jornalista Manuel Virgínio Pires)

Fui sempre um apaixonado das belezas naturais. A arte que o homem cria é de admirar, tanto pelo que pode conter de perfeita expressão do natural como pelo que pode apresentar de superior engenho artístico do seu autor. Mas ainda nada vi que deslumbrasse mais demoradamente os meus olhos do que as infinitas maravilhas que são obra da Natureza. Conheço parte do Mundo e conheço todo o nosso Portugal, mas sinto que é aqui, nesta nossa querida província do Algarve, que a Natureza foi particularmente fecunda em manifestações de

beleza. Para qualquer ponto da terra algarvia que se lance o nosso olhar, ficaremos sempre com uma sensação de encanto. Assim, o céu que cobre o Algarve, o mar que o limita ao sul e ao poente e os campos que o enquadram em toda a sua área, fornecem-nos motivos de beleza de pasmar. Desse céu, de um azul acentuado, vem de dia, uma luz de um brilho tão vivo que põe o arvoredo e o disperso e branco casario a emitirem reflexos prateados. Na hora do ocaso do sol, tonalidades salientes de luz de cores muito variadas põem a nossa imaginação a idealizar um pintor estrangeiro que se tenha ocultado em lugar ignorado daquele radioso quadro a dar-lhe pinceladas de divino artista. Não se conhece que o sol, em outros recantos da Terra, ao mergulhar no horizonte, na hora do entardecer, apresente um cortejo tão rico de cores em brasa. Em noites de luar, é admirável e poética a fosforescência que se forma e parece desprender-se da superfície tranquila da água do mar em

(Continua na 4.ª página)

UNIVERSIDADE

Pelo Dr. J. Magalhães

Ora vejamos. Desde há anos que se bate e debate, sem combate, mas com embate de pontos divergentes e/ou convergentes, a ideia das possibilidades de estudos universitários no Algarve.

A favor deles se apresentam alguns argumentos: cerca de dois

42.º Aniversário

Porque com certeza só depois desse dia nos será possível voltar à presença dos nossos estimados leitores e amigos, não queremos deixar de lembrar agora que, no próximo dia 27 do corrente mês, passa mais um aniversário do «Povo Algarvio»: o quadragésimo segundo. O próximo número, que esperamos possa aparecer no mais curto espaço de tempo, pertencerá assim já ao quadragésimo terceiro ano de vida do nosso jornal. Lastimamos sinceramente que o ano que vai findar tenha sido assinalado apenas por dois números, o que constitui a primeira quebra de continuidade ao fim de quarenta e um anos de actividade ininterrupta; mas, lastimando-o, esperamos também que, ao retomar em breve a publicação regular, ela não sofra mais qualquer interrupção. E prometemos mais uma vez envidar todos os nossos esforços para que assim seja e para que o próximo aniversário possa ser comemorado com um número especial, como foi tradição desta casa durante quatro décadas.

mil estudantes algarvios — e cada ano que passa serão mais — a frequentarem estudos superiores nas três ou quatro universidades centrais portuguesas (de Lisboa, Porto e Coimbra); estar o Algarve mais distante do que qualquer outra província portuguesa dos centros universitários tradicionais; haver conveniência de as famílias, que, afinal, apesar de tudo, continuam a ser quem paga as despesas dos filhos fora de casa e fora da terra, haver conveniência, dizia, em que não

(Continua na 3.ª página)

O Conservatório Regional

As pessoas que não acompanham de perto a acção desta escola de arte e quanto ela tem trabalhado para a dinamização cultural da província, não podem fazer ideia de quanto ela está contribuindo para elevar o nível cultural do nosso povo.

A sua frequência, a caminho dos 600 alunos, é já um índice da sua acção junto da juventude e quanto ela deseja ser motivada para essa espécie de ensino.

Porém a sua acção não se confina só em chamá-los à escola e dar-lhe os ensinamentos próprios dos seus programas oficiais.

Presentemente, por exemplo, estão a decorrer no Conservatório sessões de trabalho, por professora desta escola, de um curso informativo dos programas de música nas escolas primárias, de-

dicados em especial ao professorado primário mas a que podem assistir quaisquer pessoas que o desejem e que conta já a frequência de 130 pessoas. Nos anos

(Continua na 2.ª página)



GRANDEZA E DECADENCIA

(Continuação da 1.ª página)

mana, nessa época longínqua, se foi intensificando cada vez mais. Na época muçulmana sobranceiramente à beira da laguna, já em desenvolvimento, erguia-se sobre um morro, na margem direita da foz do rio, o núcleo principal do povoado.

A povoação que foi integrada no domínio português nos anos 30 do séc. XIII, passou no tempo de D. Manuel, em 1520, à categoria de cidade, dada a importância comercial do seu porto bem abrigado e que era, então, o primeiro da província.

Com mais de 6.000 habitantes, segundo o «numeramento» de 1527, a cidade era mais importante do que Lagos e Faro; a ela haviam afluído muitas famílias nobres e comerciantes.

Mas o assoreamento da formação lagunar prosseguia activamente, como consequência da forte sedimentação que se ia desenvolvendo, e ainda se desen-

volve, no litoral sotaventino do Algarve.

Desde os fins do séc. XVI, com o abandono das praças de África, com que Tavira tivera activas relações marítimas, e o declínio geral do movimento do porto, a cidade entrou na fase de decadência que fez dela a cidade do silêncio, onde, ao perpassarmos pelas suas ruas e ao contemplarmos os seus «telhados de tesoura», talvez resultantes do contacto da nossa cultura com a cultura indú (O. Ribeiro), sentimos levantar-se no nosso espírito o eco de um passado grandioso que vem dos séculos XV e XVI, trazendo-nos, com o tumultuar da vida marítima de então, a visão colorida e dinâmica dos trabalhadores do mar e das mercadorias que se acumulavam à beira do estuário lagunar.

A história do homem no «sítio» de Tavira foi o reflexo da história física da formação litoral à beira da qual nasceu a povoação.

JOSÉ NEVES

Feridos obrigatórios

Um diploma legal há dias inserto no Diário da República estabelece que passam a ser feriados obrigatórios os seguintes dias: 1 de Janeiro, Sexta-feira Santa, 25 de Abril, 1 de Maio, Dia de Corpo de Deus, 10 de Junho, 15 de Agosto, 5 de Outubro, 1 de Novembro, 1 de Dezembro, 8 de Dezembro, 24 de Dezembro. O mesmo diploma estabelece ainda que, além dos feriados obrigatórios, podem ser observados a Terça-feira de Carnaval e os feriados municipais.

Trovas

Saudades quem as não tem
De um ente querido que amou?
Quem não chora por alguém
Que partiu e não voltou?

A vida é puro engano.
Sem dar pelo tempo que corre
Aumentam em cada ano
As saudades de quem morre.

V. P.

O Conservatório Regional

(Continuação da 1.ª página)

anteriores têm-se feito cursos intensivos para professores do ensino musical pelo método de Willems.

Estes cursos tiveram frequência digna de nota, bastando dizer que vieram professores, além da província, de Beja, Lisboa e Pombal.

A frequência do Conservatório é constituída por alunos de toda a Província, pois é frequentado por alunos vindos de Silves, Loulé, Portimão, Lagos, Albufeira, Tavira, Fuzeta e claro da cidade de Faro e arredores.

A sua colaboração com vários organismos locais e nacionais, como por exemplo a Secretaria de Estado da Cultura, a Fundação Gulbenkian etc., na organização de variadíssimas manifestações culturais, tem sido permanente.

É na Província do Algarve a única escola de ensino artístico e é de lembrar que a que fica mais próxima é Setúbal, caso não tenha entretanto fechado ultimamente, pois sabemos da situação

aflictiva em que todas as escolas deste género se encontram e que infelizmente a nossa também não está livre de lhe suceder, caso as autoridades não deitem a mão a todas elas!

Por toda a Província tem dado espectáculos com a colaboração de professores alunos e o seu coro que com explicações sobre os instrumentos vai contribuindo para a divulgação da música sobre os mais variadíssimos aspectos.

Pois é esta escola que, mercê do carinho e muito trabalho, vai vivendo com imensos problemas, pois as verbas que lhe são destinadas estão longe de cobrir as despesas. Está na situação de caso não seja ajudada como deve ser e muito merece ter de fechar as suas portas.

Esperemos que os vários pedidos feitos às entidades a quem compete a resolução destes casos, sejam atendidos de forma a não ter de se tomar a medida que ninguém deseja.

PEDRO RUIVO

CAIXA DE PREVIDÊNCIA E ABONO DE FAMÍLIA DO DISTRITO DE FARO

AVISO

PAGAMENTO DE ABONO DE FAMÍLIA E SUBSÍDIOS COMPLEMENTARES

A fim de evitar aglomerações nos locais de pagamento que não só prejudicam os beneficiários como os próprios serviços, chama-se a especial atenção dos senhores beneficiários para o facto de, nas várias localidades, os pagamentos estarem escalonados ao longo dos dias de cada mês, segundo as letras do primeiro nome dos beneficiários.

Solicita-se que, no vosso próprio interesse e no dos serviços, não se apresentem antecipadamente nos locais de pagamento.

Mais se chama a atenção para o facto de que, enquanto não se concluírem as obras de ampliação das instalações da Agência do Banco Totta & Açores, em Faro, esta Agência apenas efectuará pagamentos às Firms que apresentarem colectivamente os talões de abono correspondentes a todo o pessoal ao seu serviço.

Logo que aquela agência esteja em condições de efectuar os pagamentos individuais, o que esperamos seja para breve, daremos conhecimento aos senhores beneficiários.

A COMISSÃO ADMINISTRATIVA

CAIXA DE PREVIDÊNCIA E ABONO DE FAMÍLIA DO DISTRITO DE FARO

AVISO

Avisam-se todos os interessados em concorrer às eventuais vagas de Aspirante e 3.º Escrivário a prover no quadro de pessoal administrativo desta Caixa que deverão entregar o respectivo requerimento na Secção de Pessoal até ao dia 31 do corrente.

Do requerimento deve constar, no mínimo:

- Identificação
- Morada
- Habilitações Literárias
- Experiência Profissional

Os interessados deverão preencher um inquérito à sua situação sócio-económica, em modelo fornecido pela Secção de Pessoal, o qual é considerado condição indispensável para a aceitação dos requerimentos.

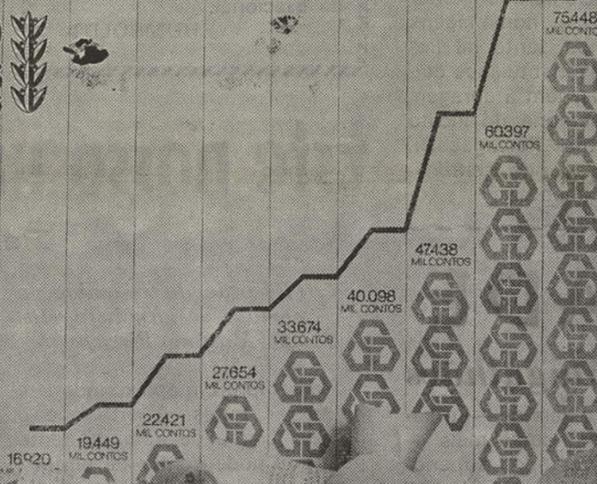
Faro, 17 de Maio de 1976

A COMISSÃO ADMINISTRATIVA

DEPÓSITOS

1967 1968 1969 1970 1971 1972 1973 1974 1975

100 ANOS
1876 / 1976



Um símbolo de progresso no valor da sua conta

Uma vida de 100 anos ao serviço do progresso económico - eis a Caixa Geral de Depósitos no seu primeiro centenário. O seu dinamismo é visível através dos depósitos - agora a caminho dos 80 milhões de contos.

Ao longo destes 100 anos, a actividade da Caixa tem sido

essencialmente dirigida para o desenvolvimento da economia em geral. Concedendo crédito. Estimulando novos investimentos.

Incrementando os mais variados sectores produtivos. Caixa Geral de Depósitos...

100 anos - um desejo de servir, uma intenção de progresso.



CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

UNIVERSIDADE

(Continuação da 1.ª página)

saiam do circuito económico da província os oitenta ou cem mil contos anuais que vão circular com os jovens universitários longe da província; aproveitar melhor os que, se por cá pudessem continuar estudos superiores, continuariam, dado que se mostraram capazes, mas que por debilidade económica familiar não poderão ir mais longe; afirmação de maioridade cultural do meio provinciano pela dignidade universitária, que os estudos superiores, sem basófias elitistas, dão efectivamente aos meios sociais em que funcionam; estabilização e fixação na província de inteligências e de estudiosos que, à falta de centros universitários na província natal, são solicitados e se realizam culturalmente noutros; descentralização efectiva da cultura, que acompanhe a intendida autonomia administrativa em experiência...

Talvez não seja preciso alinhar

«Povo Algarvio»

(Continuação da 1.ª página)

Com efeito, neste já longo período em que a força das circunstâncias nos tem impedido uma publicação regular, não têm sido poucos e têm sido bem significativos os testemunhos da fidelidade dos nossos leitores e amigos. Quase diariamente recebemos cartas de assinantes, colaboradores e até anunciantes, que nos perguntam quando voltará o «Povo Algarvio» a publicar-se regularmente e nos incitam, com cativantes palavras de simpatia, amizade e estímulo, a não desistirmos de o fazer. A todos estamos muito gratos, a todos procuramos e procuraremos retribuir, esforçando-nos cada vez mais por vencer todas as dificuldades que ainda restam. E com todos contamos também e efectivamente para a manutenção do jornal no futuro. Mais ainda: contamos igualmente com todos esses amigos e simpatizantes para nos ajudarem a angariar novos meios de subsistência para o jornal, indispensáveis em face da enorme subida dos custos da composição e impressão, do papel e dos encargos de expedição e cobrança.

Assim, aproveitamos o contacto que este número do jornal nos permite com todos os numerosíssimos amigos que nos têm escrito e procurado pessoalmente com palavras de estímulo, para lhes pedir que nos obtenham novos assinantes e prováveis anunciantes, enviando-nos desde já os respectivos endereços, para que o «Povo Algarvio» lhes seja oportunamente remetido. Jornal absolutamente independente e ao serviço exclusivo da terra algarvia e das suas gentes, sem excepções ou discriminações, o «Povo Algarvio» só pode e só quer viver do contributo dos seus assinantes e anunciantes. Estes têm de ser, portanto, em número suficiente para cobrir as despesas cada vez maiores da edição, sobretudo com as melhorias que pretendemos introduzir-lhe.

Enquanto procuramos transpor os últimos obstáculos que temos enfrentado para uma publicação regular, aguardamos assim a ajuda agora pedida aos nossos leitores e amigos. E procurando resolver aqueles últimos obstáculos e aguardando esta ajuda, ficamos esperanças em que muito brevemente poderemos voltar a um contacto regular com os nossos estimados leitores.

mais argumentos a favor do que nos parece ser uma necessidade. Mas, todo o projecto tem seus contras.

Alguns, neste caso, se apontam. Se é difícil ter docentes em número e qualidade à altura para as três ou quatro universidades tradicionais, como arranjá-los para mais as recentes do Minho, de Évora, de Aveiro?

Se não temos sequer docentes de nível técnico e pedagógico satisfatório para o ensino secundário, como sonhar ainda por cima com os precisos para universidades?

E, no caso de se levar para a frente a iniciativa, que ramos do saber se escolheriam para a nova universidade e quais os que seria desejável que se enraizassem no Algarve ou, a partir do Algarve, mereceria a pena que se desenvolvessem?

Alguns me perguntam: e onde, em que sítio e instalações funcionarão?

De todos é o mais frágil argumento contrário. Mas os outros, sim, que são de peso.

Na realidade, temos uma tarefa imensa a levar por diante, que é forjar uma pátria nova, mais próspera, agora que está reduzida aos limites naturais da metrópole e ilhas adjacentes. A revisão de propostas e projectos colectivos que há que fazer e executar, a reflexão de planos concretos para trabalho efectivo e imediato impõe-se mesmo.

Seremos capazes disso? Tere-mos gente preparada para isso?

A Universidade portuguesa, como dizia o outro, do Direito romano, começou por não existir. Mas, começou no século XIII, nos tempos de D. Dinis. E até tem uma certa graça que foi pedida para os reinos de Portugal e do Algarve. Parece de confortável oportunidade recordar que nesse ano de 1290 já foi pedida, pela primeira vez, universidade para os dois reinos.

Entre outros, do resto do país irmão (o de Portugal), dois priores do Algarve (o de S. Clemente de Loulé e o de Santa Maria de Faro) solicitaram do Sumo Pontífice da Sacrossanta Igreja de Roma, como devotos filhos, que eram, de sua Santidade, o estudo geral de ciências, para clérigos e seculares dos Reynos de Portugal e Algarve, com a argumentação — já então, repare-se bem — de que os centros de estudo eram longe, em partes remotas, com todas as incomodidades que daí resultavam. A falta desse estudo geral muitos, desejosos de estudar e entrar no estado clerical, atalhados com a falta de despesas e descómodos dos caminhos largos e ainda dos perigos da vida não ousam e temem ir estudar a outras partes remotas.

Por estas causas, argumentavam então, em 1290, e muitas outras úteis e necessárias que seria dilatado relatar por meu-dão, se pedia o estudo geral.

Uma bula do Papa Nicolau IV responde à petição e concede a autorização. D. Dinis funda os estudos gerais que foram pedidos para os reinos de Portugal e do Algarve. Só que o Algarve bem que os continua a pedir, moderadamente, mas sem êxito. Qual será o Papa a que teremos de endereçar a nossa petição actual para obter estudos gerais universitários algarvios? É que, com uma pontinha de exagero na interpretação, podemos dizer que o pedido de Universidade para o reino do Algarve já teve a primeira expressão concreta, há 7 séculos!

JOAQUIM MAGALHÃES

De Seara Alheia...

(Continuação da 4.ª página)

mero facto de mudar que traz as felicidades. Também não é o mero conservantismo no «statu quo» que garante as venturas. O nome detestado de reaccionário leva consigo negrura de contradições. Quem reage forte e vivamente dá provas de vitalidade, de bravura mesmo, de esto incontido. O espapaçado e boquiaberto imbecil põe no contorno uns olhos de carneiro morto e tanto se lhe dá que os rios corram para cima ou para baixo. Os avançados sem discreção atropelam, bastas vezes, as constantes inevitáveis e vêm a ter de emendar o passo e a mão se não quiserem dar com os burrinhos na areia. Depois, não sabemos, o mais das vezes, quem é o reaccionário e quem o progressista. Reaccionários de entranha põem-se a chamar outros de reaccionários para assim se acobertarem e fugirem ao deosto que lhes viria vertical e justo. Assentemos, porém, que há indivíduos que gostariam de parar o mundo no solheiro de privilégios em que se enrouparam e a esses espicacemo-los alegremente com a agulhada progressista. Não deixemos, porém, que a gritaria dos que muito berram se confunda com os que querem mais justiça, mais trabalho, mais solidariedade em prol do comum. Há aí partidos políticos que enquistaram em «slogans» de uma pobreza absolutamente reaccionária. Estar na varanda sempre a bradar («Abaixo a reacção!») é de uma facilidade escarradamente preguiçosa. Pedir amplas liberdades... até ver, até as podermos estorcegar no pescoço do parceiro — é de uma habilidade astuciosa. Saibamos distinguir. Os activistas momentaneos não são os propiciadores de uma actividade progressiva e fecunda baseada em programas concretos de esforço e luta pacífica. Sim, luta pacífica contra as dificuldades da natureza, quer física, quer moral, radicada em nós próprios.

João Maria

(In Pátria, de 19/5/76)

Divulgação Musical

Promovida pela Secretaria de Estado da Cultura, com a colaboração da Embaixada do Brasil, da Fundação Gulbenkian e do Conservatório Regional do Algarve, está a realizar-se na nossa província uma série de concertos com objectivos de divulgação cultural. O programa iniciou-se com os concertos realizados em 16 e 18 de Maio corrente no Teatro Lethes, de Faro, em que se fizeram ouvir o Quarteto de Cordas e o grande pianista Adriano Jordão, com grande aplauso da assistência. E vai continuar com as audições, marcadas para os dias que se indicam, dos seguintes artistas: a grande pianista brasileira Belkiss Carneiro de Mendonça, em 25 de Maio corrente; o flautista Carlos Franco e a pianista Regina Vasconcelos, no dia 6 de Junho próximo; o cantor José de Oliveira Lopes e a pianista Regina Vasconcelos, no dia 12 de Junho; o organista Simões da Hora, no dia 19 de Junho; o Trio de Música de Jazz Rao Kyao, no dia 26 de Junho; a violoncelista Maria José Falcão e a pianista Olga Pratz, no dia 3 de Julho. Os concertos efectuar-se-ão todos no Teatro Lethes, excepto o de órgão (dia 19 de Junho), que terá lugar na Sé de Faro, e para todos eles, a entrada é livre.

Dois tipos de descentralização

(Continuação da 1.ª página)

características fundamentais do poder descentralizado. A descentralização administrativa foi colocada na base do município, como realidade celular do sistema jurídico-administrativo.

Assim se concebe, e concebe, a descentralização como figura normativa e histórica, de afirmação de poder local e popular, de democracia de base.

Na criação dos velhos burgos, dos municípios (com os seus órgãos de administração local), das comunas, afirmações de poder político e administrativo descentralizado, houve a inspiração embrionária duma filosofia democrática, dinamizadora de poder local.

É esta tradição histórica, com as necessárias adaptações à realidade social e económica, que, em nome do poder democrático, em nome do poder popular, em nome do poder local, é preciso dinamizar, em nome da descentralização do poder é preciso retomar.

2. — Daqui se infere que o poder descentralizado, aliado da democracia política e administrativa e que deve orientar e informar o ordenamento do território nacional, na sua sistematização de direito público, deverá construir-se na base da autonomização do município. O município terá que ser a célula básica do esquema administrativo.

Mas há quem assim não entenda, em nome dum imprudente e mal elaborado conceito de regionalização. Há quem, em nome desse conceito, procure, não o desenvolvimento democrático do poder local, que o mesmo é dizer municipal, mas sim a absorção desse poder local, que se compadece com o autêntico poder popular. Há um conceito errado de descentralização, contra o qual se devem apertar as autarquias, que devem pugnar pela sua crescente autonomia administrativa, económica, financeira, em vez de correrem para a sua auto-destruição. Não confundir a concepção de poder descentralizado, na sua genuidade política, social, histórica, administrativa, assente na base celular da autarquia, no autêntico poder local, com um tal conceito de «descentralização» totalitária, que, em nome duma regionalização, procura absorver, ressequir o poder dos municípios.

A descentralização, para o ser, tem que processar-se em relação não apenas ao poder central mas também em relação a outro poder totalitário que a este se substitua, substimando o município, reduzindo-o a epifenómeno.

Somos abertamente pela regionalização do território do país, mas, em termos de respeito pela autonomia autárquica e municipal e de coordenação da acção dos municípios. Apoiar não é sobrepor ou absorver e a missão das regiões administrativas, como aliás

comanda a Constituição da República Portuguesa, será a de coordenação e apoio à acção dos municípios, sem se lhes sobrepor hierarquicamente, como se de um super-poder ou de uma super-câmara se tratasse, com império no distrito.

3. — Regionalização do Algarve? Sem dúvida e já. Mas uma regionalização democrática, que salve o poder local, as autarquias, o poder municipal, que não o neutralize, que se processe na base da descentralização administrativa, por trato sucessivo do poder central para o regional e deste para o poder local.

O art.º 259.º da Constituição dispõe que as assembleias regionais compreenderão representantes eleitos directamente pelos cidadãos e membros eleitos pelas assembleias municipais.

Com esta disposição houve o propósito de não esquecer o poder do concelho, para dele se tramitar, sem ser absorvido, para a região. Preferíamos a redacção proposta pelo deputado Dr. Vital Moreira, em que mais se vinculava a fórmula de «a região ser construída a partir dos municípios». Embora, o certo é que a lei constitucional, prevendo a região administrativa, não a sobrepôs ao município. Descentralizou-se, na previsão constitucional, na base autárquica e democrática. A descentralização que só o seja em relação ao poder central e que implique uma regionalização super-municipal e absorvente, será uma «descentralização» totalitária.

Que coexistam a região e o município, mas que neste resida a base celular do poder administrativo descentralizado.

4. — É para terminar este apontamento: a regionalização a que o Algarve deve aspirar passa pela criação de órgãos de deliberação e execução com carácter político e administrativo e não terá por cúpula um órgão meramente técnico. Isto é, não será um gabinete técnico «a cúpula duma nova estrutura de gestão regional», contrariamente ao que já se tem dito e até escrito. Ao contrário, tal organismo técnico, com contornos, competência e atribuições definidas e limitadas aos planos técnicos de urbanismo, habitação, transportes e similares, inserir-se-á na região, cuja direcção política e administrativa caberá a órgãos de gestão ou governo próprios, com competência política e administrativa, mas sem absorver os órgãos autárquicos do poder local. Os gabinetes técnicos darão apoio técnico, no respectivo sector, mas, manifestamente, não serão os órgãos da administração regional.

Faro, 18 de Maio de 1976

Júlio Filipe de Almeida
Carrapato

HOTEL VASCO DA GAMA

MONTE GORDO

ABERTO TODO O ANO

1.ª CLASSE - A — 200 QUARTOS

RESTAURANTE — BOITE — BAR — PISCINA

Telef. 321 - 322 - 323 VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Este nosso lindo Algarve

(Continuação da 1.ª página)

consequência dos reflexos que a lua lança lá do alto do céu como magia de sonho. Ainda no mesmo céu, em noites sem luar, distinguem-se uma infinidade de estrelas dispersas pelo espaço que transmitem uma luz levemente velada que enfeitiça o nosso olhar atento a esses distantes e pequeninos sóis.

O mar do Algarve é tido como a sua maior maravilha para a multidão de turistas, nacionais e estrangeiros, que por aqui têm passado: é maravilha pelas suas muitas belas praias, onde cada um se pode banhar sem perigo em qualquer estação do ano, porque a água do mar algarvio, além de nunca atingir temperaturas muito baixas, não apresenta também, na zona própria dos banhos, altura demasiada. Além disso, todas estas praias são constituídas por areias finas, por onde os banhistas e as crianças podem caminhar descalças, sem magoarem os seus pés, e muitas delas terminam junto de rochedos altos e recortados, e às vezes perfurados por extensão e artísticas grutas naturais, onde a água salgada das marés vivas vai rebentar em toda ruidosa e desfazer-se em arrendada espuma.

Dos campos do Algarve e das suas belezas, também há muito que dizer. Não lhes faltam rios e ribeiros a alindar esses campos, sendo de destacar o rio Guadiana, que desemboca em Vila Real de Santo António, separando com formosura todo o Algarve da Espanha. Também é de destacar o rio Arade, que alimenta a rica barragem de Silves e vai desembocar no lindo estuário da cidade de Portimão, depois de passar por baixo de duas magestosas pontes de ferro. O rio Gilão, que atravessa a histórica cidade de Tavira e a divide em duas partes, é, igualmente, de assinalar, porque dá a essa cidade uma nota de alicante e excepcional beleza, quer espelhando-a, em uma e outra margem, nas águas da sua vagarosa corrente, quer permitindo a existência da graciosa ponte de pedra que, desde longas eras, põe airoosamente em comunicação as duas partes em que esse rio divide a bonita cidade. Os ribeiros são muitos, a correr do norte para o mar, desde a margem direita do rio Guadiana até ao prolongado Cabo de São Vicente, pondo, todos eles, uma nota romântica nos seus campos marginais, tanto em razão da frescura que lhes empresta, como pelo murmúrio suave que a irregularidade dos seus leitos produz. Terras de sementeira e hortas de ricos pomares, além da riqueza que representam, dão aos campos algarvios uma nota verde

e animadora dos incansáveis cuidados dos seus habitantes. Não se encontra recanto que não esteja povoado de árvores variadas, algumas delas próprias desta região do país, como a alfarrobeira, a figueira e a amendoieira. As flores, esse grande encanto com que a Natureza brindou a Terra e constitui uma das maravilhas que mais fascinam os olhos de todas as criaturas, as flores abundam no nosso Algarve, tanto as que crescem sem ser plantadas e chegam a formar extensos tapetes das mais bizarras cores, como as que se ostentam em muitos e lindos jardins municipais e particulares. São de destacar os jardins municipais de Olhão, onde, especialmente na Primavera, a abundância e variedade de rosas, em muitos canteiros, constitui um quadro maravilhoso. As amendoieiras, quando florescem, em Janeiro e Fevereiro de cada ano, constituem, pela sua vastidão e colorido, um dos cartões turísticos mais apreciados por nacionais e estrangeiros. Falando ainda de flores, não posso deixar de referir as flores dos abundantes pomares de laranjeiras, ameixas, pereiras, pessegueiros e damasqueiros existentes no Algarve, que, no princípio da Primavera, além de carregarem o espaço de um forte e agradável aroma, representam para a nossa província, depois das amendoieiras se despedirem de flores, o mais vasto e imponente espectáculo de floração que se pode imaginar. E são também afamadas as flores das acácias dispersas por toda a nossa província, designadamente as da mata de Santa Rita, do concelho de Tavira.

Antes de terminar estas minhas pobres palavras sobre o Algarve e as suas belezas, falta-me dizer que há uma região de características muito interessantes, que merece ser também devidamente assinalada, que é Monchique. De Monchique há que referir as suas Caldas, de águas termas muito conhecidas e apreciadas, principalmente para tratamento do reumatismo e para lugar de repouso na estação do Verão. Há que referir ainda que a sua flora difere muito da do resto da província, porque é constituída essencialmente por castanheiros, carvalhos e sobreiros, e que as flores que nessa região abundam e se distinguem são as camélias e as hortênsias, qualquer delas de beleza e colorido distinto. A região de Monchique está enquadrada na Serra do Caldeirão, em que figuram os pontos mais elevados de toda a nossa província: Fóia e Picota, donde se avista uma parte importante do Baixo Alentejo e qua-

Uma cana agitada pelo vento

Duas palavrinhas apenas para este número do «Povo Algarvio», embora sem préstimo, mas com vontade de acertar.

A primeira é para louvar a boa idéia de se continuar a manter acesa a pira rescendente de saudades que o tempo não consegue apagar.

Era neste mês que no pequeno grupo dos colaboradores mais assíduos se recordavam os anos do tão estimado director e os do semanário que, comemorando a data da sua remodelação, saía à rua vestido de festa, espalhando entre os leitores seu ramo festivo de surpreendentes poesias, notícias, gravuras em homenagem a Tavira e a todo o Algarve, com termos de amizade e satisfação.

E vieram-me agora à lembrança os antigos jornais. E ocorre-me a tentação de compará-los com as actuais publicações, tão falhas de interesse, bendito Deus!

O leitor era para eles aquele amigo certo, que se visitava de manso, em horas amenas, a quem se levava notícias daqui e dali, anúncios, versos, conselhos, sempre sem quebra do tom diferente que deve conservar-se nas relações humanas, com toda a delicadeza para não causar melindres. Era mesmo este o termo que aflorava à conversa ou à pena do saudoso Sr. Pires: não causar melindres.

De jornais como foram o «Povo Algarvio» e outros tem o povo saudades.

Bem sabemos que Tavira está bem servida quanto a imprensa local; mas, publicações diferentes, seguindo rumos diversos, não se prejudicam, antes se ajudam e originam uma selecção de critérios entre os leitores.

Muitas pessoas perguntam quando se normaliza a publicação do «Povo Algarvio». É necessário, muito necessário que continue, porque o merece a cidade e a memória do seu antigo director; e mal fica a Tavira não o aproveitar para estímulo dos que se interessarem, no futuro, pelas artes e ciências jornalísticas.

Sem armar em pitonisa, não acredito que o destino deste jornal e a memória do seu antigo director seja de muitos outros devotados filhos de Tavira, cujas obras e monumentos estão a sofrer o enxovalho do esquecimento, do abandono e até de... montões de lixo. Há coisas cujos verdadeiros nomes até fica mal dizer.

Amigos autênticos de Tavira... Canas à beira do deserto, que o sopro da vida agita e a tempestade enterra na areia do esquecimento...

E julgo que basta de palavrinhas.

G. M.

se todo o Algarve e o pacífico mar que o banha.

Finalmente, tendo falado do mar do Algarve, não pode ser esquecida a formosa baía de Lagos, onde têm fundeado e se têm abrigado esquadras navais estrangeiras e nacionais, nem o promontório de Sagres, «onde a terra acaba e o mar começa» e donde partiram os navios dos nossos heróicos e velhos marinheiros para «darem novos Mundos ao Mundo», como disse o grande poeta Camões.

Quem, pois, não há-de gostar deste nosso lindo Algarve!

J. Rita da Palma

Tempo de Eleições

O presente número do nosso jornal sai em «tempo de eleições», já que as eleições para a Assembleia da República se efectuarão há ainda poucas semanas e estão já fixadas para 27 de Junho próximo as eleições para a Presidência da República. E porque sai em «tempo de eleições» não podemos deixar de registar nestas colunas os acontecimentos próprios desse «tempo», tanto mais que se revestem de excepcional importância para o futuro, próximo e remoto, do nosso País, consequentemente também para o futuro do povo algarvio.

Sem nos alongarmos em pormenores, que aliás os nossos leitores já bem conhecem através de todos os meios de comunicação social, registaremos que nas Eleições Legislativas efectuadas se verificaram os seguintes resultados gerais, em número de votos obtidos por cada Partido Político no Continente e Ilhas Adjacentes: Partido Socialista (P.S.), 1.877.180; Partido Popular Democrático (P.P.D.), 1.296.432; Centro Democrático Social (C. D. S.), 858.783; Partido Comunista Português (P.C.P.), 785.620; União Democrática Popular (U.D.P.), 91.383; Frente Socialista Popular (F.S.P.), 41.954; Movimento Reorganizador do Partido do Proletariado (M.R.P.P.), 36.237; Movimento da Esquerda Socialista (M.E.S.), 31.065; Partido de Democracia Cristã (P.D.C.), 28.163; Partido Popular Monárquico (P.M.), 28.163; Liga Comunista Internacionalista (L.C.I.), 16.235; Partido Comunista de Portugal (Marxista-Leninista) (P.C.P.-m.l.), 15.801; Aliança Operária Camponesa (A.O.C.), 15.671; Partido Reorganizador dos Trabalhadores (P.R.T.), 5.182. Em face das votações assim obtidas e ainda das votações dos emigrantes, só os cinco primeiros Partidos elegeram deputados; o número de deputados com que cada um deles contribui para o total de 262 que constituem a Assembleia da República é o seguinte: P.S., 106; P.P.D., 73; C.D.S., 43; P.C.P., 40; U.D.P., 1. Note-se que nestes números se incluem os resultados das eleições não só nos Círculos Eleitorais de Portugal Continental e Insular, mas

também os resultados obtidos nos dois Círculos de Emigrantes (um da Europa e outro de fora da Europa).

No que se refere aos resultados das mesmas eleições no Círculo Eleitoral de Faro, que abrange todo o Algarve, registaremos que o total de votos obtidos pelos Partidos concorrentes foi o seguinte: P.S., 84.410; P.P.D., 36.905; P.C.P., 27.657; C.D.S., 12.799; U.D.P., 4.933; F.S.P., 3.834; M.R.P.P., 1.953; P.D.C., 1.503; M.E.S., 1.390; A.O.C., 1.012; P.P.H., 966; P.C.P.(m.l.), 808; L.C.I., 740. Assim, apenas os três primeiros Partidos puderam eleger deputados pelo nosso Círculo, a saber: P.S., 6; P.P.D., 2; P.C.P., 1. Os nomes dos deputados eleitos são: Dr. Luís Filipe Madeira (P.S.), Eng.º Pedro Amadeu de Albuquerque Santos Coelho (P.S.), Dr. José Adriano Gago Vitorino (P.P.D.), Dr. António José Sanches Esteves (P.S.), José Rodrigues Vitorino (P.C.), Fernando Reis Luís (P.S.), Dr. Cristóvão Guerreiro Norte (P.P.D.), Francisco António Marcos Barracosa (P.S.) e Eurico Manuel Henriques Mendes (P.S.).

Mas, se estas eleições foram de grande importância para o futuro do Povo Português, as próximas, marcadas, como já dissemos, para 27 de Junho, não o são menos. É que, nos termos da nova Constituição, o Presidente da República tem um papel muito importante, ou mesmo decisivo, na condução da política nacional, não só porque é ele que nomeia, afinal, o Governo, mas porque pode demiti-lo, e até dissolver a Assembleia da República em determinadas circunstâncias. Tudo isso nos leva, nesta oportunidade, a um incitamento e a um voto.

O voto é o de que essas eleições decorram, como as já efectuadas, em ordem e com toda a tranquilidade, numa confirmação plena do civismo já demonstrado pelo nosso Povo e numa reafirmação não só da sua maturidade política, mas da sua plena vivência da democracia pluralista que se procura construir em Portugal e é indispensável que se construa e consolide.

De Seara Alheia...

A sociedade portuguesa é, por um ainda não resolvido equívoco sócio-histórico, uma sociedade que corre à margem da vida, o que, fundamentalmente, quer dizer, à margem do riso e da ternura. Não sei se viveremos ainda o tempo necessário para descobrir que esses são os elementos onde, naturalmente, a condição humana devia nascer, desenvolver-se e morrer e que só através deles qualquer criação harmoniosa é possível. Mas aqui não. Aqui, a cada pessoa que nasce enfiam-lhe na cara a máscara da tristeza e do drama, da insegurança e da recusa e, consequentemente, do ressentimento e da inveja. Cada português olha muito mais os seus semelhantes como quem enfrenta dez milhões de inimigos e competidores do que como quem olha dez milhões de amigos para compreender e amar. Esta secura interior, este deserto de alma raras vezes arranja lugar para outras flores do que os catos agrestes da inveja... E uma sociedade em que a inveja é a principal energia de que dispõe para acionar os mecanismos da política e, consequentemente, da conquista do poder, é, por natureza, uma sociedade incómoda e hostil.

É este equívoco que é necessário superar. A política devia ser uma tentativa de transformação do mundo porque ele não comporta as coisas que temos «a mais» dentro de nós e não um afrontamento do mundo por causa das coisas que temos «a menos». Porque, quando as pessoas não conseguem superar aquilo que não viveram, as compensações que não tiveram, aquilo que não amaram, as classificações que não lhes deram, os paisinhos que os castigaram, as liberdades que não usavam, os medos que não venceram, — enfim todo um sem número de carências que deram origem àquilo a que se chamam «os traumatismos da infância», — se é triste que isso cause tanta perturbação à vida de cada um, começa a ser muito grave para a vida duma sociedade quando se procura compensar esse universo de carências e ressentimentos através da conquista e do uso do poder.

António Alçada Baptista
(In O Dia, de 18/5/76)

★
Desencadeia-se aí um movimento revolucionário. Vive-se com entusiasmos, vêm depois as perplexidades porque não é o

(Continua na 2.ª página)

HOTEL DAS CARAVELAS

SOCIEDADE TURÍSTICA DO SUL

Rua Diogo Cão — MONTE GORDO

ABERTO TODO O ANO

ÓPTIMAS COMODIDADES

PITORESCO HORIZONTE VISUAL

Telefones 458 a 460 e 558 a 560

VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO